

dade militar dos portugueses no interior de África antecedeu a de ingleses e franceses. Portugal antecipou-se ao *scramble for Africa*, penetrando e lutando no Cassange, no Sul de Angola, em Moçambique. É verdade que os contingentes utilizados foram, geralmente, da ordem das centenas e que as conquistas então efectuadas não foram duradouras. Uma ou duas décadas depois os conquistadores tinham refluído para a costa. Como bem notou Pélissier, os portugueses de 1850 a 1880 «não souberam encontrar os recursos económicos e a vontade política necessários para tomar posse das terras de entre as duas costas oceânicas. Sem ter, na altura, rivais europeus que se interessassem pelo interior, perderam uma oportunidade histórica que nunca mais se lhes apresentaria»<sup>4</sup>. Mas, ainda que nem sempre tivessem obtido resultados militares consistentes, as incursões militares existiram e deveriam constituir, no contexto das preocupações de Curtin, um objecto privilegiado de estudo. É que as campanhas coloniais portuguesas foram, tal como aconteceu com as suas congéneres francesas e inglesas, fortemente marcadas pela doença infecto-contagiosa. Evoque-se, a título de exemplo, a epidemia de febre-amarela no Norte de Angola que dizimou o exército recém-chegado da metrópole em 1860, ou, em Moçambique, o impacto da cólera e da malária nas suces-

sivas campanhas contra o Bonga, levadas a cabo a partir de 1867. O facto de ter ignorado por inteiro a rica experiência militar e médica portuguesa constitui uma lacuna num livro cujo subtítulo indica uma pretensão generalizante: *The Health of European Troops in the Conquest of Africa*.

Não obstante essa lacuna, a obra de Curtin tem um grande interesse geral e comparativo, em particular numa altura em que a opinião pública e os políticos ocidentais começam a ser confrontados com os inesperados e ainda mal compreendidos níveis de mortalidade entre os militares que actuaram no golfo Pérsico e no território da ex-Jugoslávia. Para o leitor português especificamente interessado em história colonial, *Disease and Empire* vale, sobretudo, pelas perspectivas que abre a respeito de um tema praticamente ignorado pela historiografia nacional: a medicina tropical no século XIX e a sua relação com os projectos imperiais.

JOÃO PEDRO MARQUES

*Alice Mendonça, Crises de Mortalidade no Concelho de Évora (1850-1900)*, pref. Teresa Rodrigues, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

<sup>4</sup> René Pélissier, *Les guerres grises. Résistance et révoltes en Angola (1845-1941)*, Ed. Pélissier, Montamets, 1977, p. 72.

Alice Mendonça defendeu a sua dissertação para obtenção do grau de mestre em Demografia Histórica e

Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1996, sob a orientação de Maria Teresa Ferreira Rodrigues. Este livro é o resultado desse trabalho, ao qual a autora acrescentou novas perspectivas resultantes de posterior investigação, como o tema dos comportamentos colectivos quotidianos do passado face à vida e à morte, cuja fonte principal encontrou na imprensa local da época. O seu principal objectivo foi «saber se na segunda metade do século XIX as crises continuaram a pesar nos níveis de mortalidade da população do concelho de Évora» (p. 19). Trabalhos anteriores já definiram as características e particularidades das crises de mortalidade em algumas regiões de Portugal entre os séculos XVI e XIX, dos quais se salientam as teses de Teresa Rodrigues sobre Lisboa, Henrique David sobre Braga, Maria Luís Rocha Pinto sobre Castelo Branco e Graça Morais sobre o termo da cidade de Évora. No entanto, a autora não refere, por exemplo, a obra de Emília Salvado Borges — *Crises de Mortalidade no Alentejo Interior. Cuba (1586-1799)*, Lisboa, Edições Colibri, 1996 — porque «embora se refiram à mesma problemática se reportam a épocas anteriores» (p. 20). Ora, exactamente por ser uma tese em História, seria interessante procurar estabelecer a existência (ou não) de padrões de continuidade e a relação entre os comportamentos demográficos de uma cidade como Évora e um concelho mais rural como era Cuba.

1010 No prefácio, Teresa Rodrigues salienta que em Portugal, na segunda

metade do século XIX, ainda se mantinha o regime demográfico que já tinha começado a desaparecer um pouco por toda a Europa ocidental mais desenvolvida graças aos avanços conseguidos pela ciência médica, à divulgação de certos preceitos de higiene pública e privada e sobre a emergência de novos modelos económicos. Com este trabalho de Alice Mendonça tem-se a confirmação de que em Évora os padrões encontrados nas outras regiões já estudadas ainda vigoravam neste período: um «estado de equilíbrio em que mortalidade e fecundidade apresentavam níveis elevados, a descendência média ultrapassava os cinco filhos por mulher, a esperança de vida à nascença rondava os 40 anos e apenas metade das crianças nascidas em cada ano completavam os 7 anos de idade» (p. 12). Este equilíbrio era regularmente alterado por «flutuações conjunturais (fomes, pestes e guerra), o que impossibilitava um crescimento global das populações numa perspectiva de médio prazo» (id., *ibid.*).

As fontes utilizadas incluem a legislação e a imprensa; nesta última, a autora fez uma recolha dos anúncios de mezinhas da época, numa tentativa de avaliar os expedientes usados nas alturas mais críticas para tratamento das doenças. Mas a base deste trabalho encontra-se sobretudo nas fontes mais directas, onde é possível recolher os testemunhos mais crus dos actores deste drama: os registos paroquiais dos óbitos, complementados com as estatísticas obituárias, e, no arquivo da Santa Casa da Misericór-

dia, os livros de registo dos doentes e os mapas de falecidos. Saliento que o manuseamento destas fontes é um processo apaixonante. Quem já lidou com estes livros certamente notou o envolvimento que surge com as pessoas cuja morte é descrita, sobretudo quando se verificam percentagens tão elevadas de crianças. Nos registos paroquiais, os dados revelados são frequentemente muito completos, fica-se a conhecer o pároco, ao fim de algum tempo já se lhe conhece a letra e a sensibilidade. Além do nome, idade e causa da morte, filiação e morada, por vezes toma-se também contacto com o universo sócio-profissional do falecido, o que permite a sua inclusão num grupo. O cruzamento destas informações com as dos registos de nascimento e casamento é geralmente utilizado pelos curiosos para a construção de genealogias. Porém, na história social, este cruzamento tem um papel mais importante para a avaliação de outras situações, como, por exemplo, a descrição dos percursos e mobilidades sócio-profissionais ascendentes ou descendentes. No caso das crises de mortalidade, tinha todo o interesse para a autora distinguir os grupos a que pertencem os seus falecidos e o respectivo comportamento nos momentos das crises de mortalidade. Por exemplo, na questão da sazonalidade das doenças, a autora refere a maior incidência de mortes no Verão, distinguindo os meses de Julho e Agosto como os meses de maior mortalidade na cidade e Setembro e Outubro como os piores

meses no termo (p. 212). Naturalmente, numa sociedade com elevadas percentagens de trabalhadores rurais, os comportamentos demográficos deste grupo, aparentemente, dominam os padrões que se apuram estatisticamente. Porém, será que entre os grupos sociais mais favorecidos estes padrões se verificavam? Segundo Hélder Fonseca, as elites de Évora já nesta época frequentavam as termas e iam a banhos exactamente nestes meses, o que as tornaria pelo menos mais distantes destes problemas locais.

O mesmo problema se coloca com os doentes do hospital da Misericórdia de Évora, cujos mapas de falecidos são apresentados em anexo, mas sem qualquer tratamento estatístico no que diz respeito às profissões apresentadas. Enquanto também nesta fonte a sazonalidade e as causas de morte são tratadas ao pormenor, como compete numa obra de demografia histórica, a sua integração na história social fica muito abaixo das potencialidades das fontes consultadas e dos dados recolhidos. Por exemplo, a autora não desenvolveu a questão da frequência do hospital: quais os grupos que o frequentavam e porquê? Com um somatório muito simples das profissões discriminadas entre 1881 e 1897, podemos verificar um total de 610 falecidos com profissão descrita, dos quais 386, ou 63,3%, com profissões ligadas ao mundo rural. Destas, distinguem-se 87% de trabalhadores indiferenciados, 9% de ganadeiros (não são os proprietários das ganadarias, mas sim os

guardadores de gado, incluindo pastores) e 4% de criados da lavoura, como o abegão, o feitor ou o carreiro. Nem um único proprietário ou lavrador. Este exercício simples confirmou os resultados obtidos no meu trabalho de pesquisa de um hospital semelhante num concelho mais pequeno, mas bastante próximo de Évora. Também em Avis os grupos de doentes encontrados foram estes, com poucas diferenças. E nesta época nota-se sobretudo a quase total ausência de mulheres nestes espaços. Só mesmo as mendigas ou as lazarentas iam morrer aos hospitais. As elites morriam em casa. Este é apenas um exemplo da utilização que se pode dar aos instrumentos estatísticos fornecidos nesta obra, mas que a autora, lamentavelmente, não desenvolveu.

O que está de facto bem estudado, com pormenor, e utilizando as mais apuradas técnicas da demografia histórica, são as crises de mortalidade excepcional, ocorridas nos anos de 1855-1857, 1863-1864, 1868, 1873, 1881, 1883-1884, 1890 e 1897. Estes períodos são descritos com toda a seriedade, discriminando as freguesias de maior intensidade e fazendo um importante trabalho de distinção entre a cidade propriamente dita e o seu termo. A autora salienta também a distinção da mortalidade por grupos etários e verifica que a mortalidade infantil assumiu nestes anos os valores mais elevados, resumindo as respectivas causas e apresentando quadros pormenorizados para cada um dos períodos considerados.

Finalmente, conclui a autora que «na última década do século XIX, as crises de mortalidade praticamente desapareceram na cidade (apenas se registou uma crise em 1892) enquanto que no meio rural continuaram a verificar-se com a mesma periodicidade e intensidade das décadas anteriores. Tal facto parece reflectir uma melhoria nas condições sanitárias das populações urbanas, permitindo-lhes uma maior resistência às doenças e o conseqüente prolongamento da vida humana, que se acentuam durante o século XX» (p. 212). Também aqui o apuramento das causas para esta melhoria da situação demográfica poderia ser aprofundado com outros factores fundamentais neste final de século. Apesar da diminuição do número de crises de mortalidade, a autora descreve as de 1890 e de 1897 e aponta como causas para a primeira «profundas crises agrárias e financeiras», a falta de moeda, a diminuição do comércio, além de um surto de gripe; para a crise de 1897 refere as más condições de higiene das populações rurais e o aumento dos preços dos géneros alimentares. Esta explicação é insuficiente e tem de ser integrada na temática mais vasta das conseqüências da introdução da legislação proteccionista dos cereais que afectou particularmente a região de Évora. O incentivo à produção nacional resultou na expansão da área cultivada e provocou o aumento da utilização de mão-de-obra e a intensificação do cultivo das terras com o uso de adubos químicos. Si-

multaneamente provocou um encaucamento artificial dos cereais, que se reflectiu no preço do pão, afectando sobretudo as camadas mais desfavorecidas da população. Os trabalhos de Jaime Reis sobre esta «lei da fome» mereciam ser utilizados pela autora como fonte importante para a compreensão de um momento político com tão graves consequências económicas e sociais que certamente influenciaram a vida diária da população em análise e, quem sabe?, não terão tido repercussões nas crises de 1890 e de 1897.

Em resumo, a tese de Alice Mendonça revela um apurado investimento em demografia histórica, com um levantamento de fontes e tratamento de dados bastante úteis como ferramentas de trabalho para qualquer historiador que os pretenda utilizar, mas cuja integração na história social e política locais merecia ser aprofundada.

MARIA ANTÓNIA PIRES DE ALMEIDA

*Rosana Albuquerque, Lígia Évora Ferreira e Telma Viegas, O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório. Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

É um dado constatado a partir dos vários movimentos de descolonização a tendência a persistirem relações de proximidade entre as populações que

a situação colonial pôs em contacto. Padrão que se confirma em Portugal, que, tradicional país de emigração, acolhe desde as últimas décadas um número crescente de imigrantes, sendo a presença mais significativa de estrangeiros no país constituída por cidadãos oriundos das ex-colónias portuguesas. Entradas na sequência das convulsões sociais e políticas que se seguiram às independências, as populações oriundas das antigas colónias constituem o grupo maioritário de imigrantes presente em solo português e o fluxo mais continuado de estrangeiros que procuram Portugal como país de destino. Daí a sua maior visibilidade, nomeadamente ao nível institucional, por via das associações que os representam.

Por estes motivos, é de assinalar o agrado que suscita o surgimento de uma obra que se propõe historiar o movimento associativo de imigrantes em Portugal, obra na qual, de forma clara, é traçado o percurso das associações de imigrantes no país, particularmente das que representam os originários dos países africanos lusófonos, o que é justificado pelo acima exposto e também pelo facto de serem estas as associações melhor organizadas na Área Metropolitana de Lisboa, onde estas populações se concentram e onde este estudo incidiu.

Um aspecto interessante desta obra é o de se poder considerar que aqui se aplicou a sugestão de Maria Beatriz Rocha-Trindade (que prefacia o volume) quando, noutra local (*Análise Social*, vol. xxii, n.º 90, 1986-1.º, pp. 139-156), a autora propõe a reformulação do conceito de *itinerário* apli-